

Ribas do Rio Pardo/MS, 25 de Abril de 2024.

Mensagem ao Legislativo n. 45/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Comunico que, nos termos do artigo 54, §1º, da Lei Orgânica Municipal, decidi vetar por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público parcialmente o os incisos I, II e III do Art. 2º do Autógrafo de Lei nº 19, de 10 de abril de 2024, acolhendo como razão os seguintes argumentos expendidos pela Procuradoria do Município no Parecer n. 101/2024 (cópia anexo), que resumidamente manifestou:

“Denota-se que o Autógrafo de Lei Municipal não observa a competência privativa do executivo e os instrumentos de controle e prestações de contas contida na Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial, para criar gastos e implementar medidas sem a indicação orçamentária competente.

Feita breve digressão, alerta-se que o texto foi desvirtuado para criar *espaços públicos adequados e seguros as práticas esportivas, bem como desenvolver campanhas de conscientização e desporto e programas de atividades físicas adaptadas* sem a indicação orçamentária competente.

O *ônus* criado pelo legislador municipal não é acautelado por estudo de viabilidade orçamentária-financeira o qual implicará em implementação de despesa sem referida dotação orçamentária.

Percebe-se que o legislador municipal extrapola sua competência legislativa ao normatizar ao implementar despesa pública, violando a separação dos Poderes e açabarcando competência exclusiva dos Estados e da União.

A dupla extrapolação da competência legislativa neste ponto que implica na *inconstitucionalidade* do referido inciso I, II e III do art. 2º do autógrafo de Lei Municipal.

O legislador municipal deva observar os limites legislativos de sua competência sob pena de incorrer em violação constitucional pela norma municipal, observamos a ocorrência no p. caso.

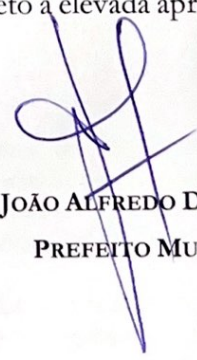
É importante destacar que a legislação municipal busca criar ônus aos cofres municipais sem indicar origem dos recursos financeiros, o que atenta, ainda, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo inaplicável ao Administrador sem que haja *improbidade administrativa* por destinar recurso sem implementar dotação orçamentária competente.

**Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.**

**§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.**

Observa-se o obstáculo impeditivo legal da Lei de Responsabilidade já que a *criar espaços públicos adequados e seguros as práticas esportivas, bem como desenvolver campanhas de conscientização e desporto e programas de atividades físicas adaptadas* não encontra-se previsão orçamentária na Lei Anual, bem como a legislatura não preocupou-se em indicar a dotação no orçamento vigente caracterizando a criação de despesa sem indicação da origem e, pior, sem cautela de *estudo de impacto orçamentário-financeiro*. Isto, conjugado com o prazo vigência e implantação, sob crivo e fiscalização do legislativo, implica na manifestação de veto, ainda, da totalidade dos incisos I, II e III da Art. 2º do autógrafo.

Essas, Senhoras e Senhores Vereadores, são as razões que me conduziram a vetar o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação desta Colenda Câmara.

  
JOÃO ALFREDO DANIEZE  
PREFEITO MUNICIPAL

Ao Excelentíssimo Senhor  
LUIZ ANTÔNIO FERNANDES RIBEIRO  
Vereador Presidente da Câmara Municipal  
Poder Legislativo de Ribas do Rio Pardo/MS



**Assunto:** PARECER ACESSÓRIO – ANÁLISE DE AUTÓGRAFO DE LEI MUNICIPAL

**Autógrafo de Lei Municipal:** n. 19 de 10 de Abril de 2024

**Parecer nº** 101/2024

## I – RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica e emissão de parecer de Autógrafo de Lei Municipal n. 19 de 10 de Abril de 2024 que *“Estabelece diretrizes para a implantação de Políticas Públicas voltadas para a prática de desporto destinado a população com Transtornos da saúde Mental, no âmbito do Município de Ribas do Rio Pardo - MS.”*

O projeto de Lei Municipal n. 006 de 27/02/2024 do Vereador **Christopher Jamerson** da Silva foi aprovado em sessão legislativa do dia 09 de Abril de 2024 com o seguinte corpo:

Estabelece diretrizes para a implantação de Políticas Públicas voltadas para a prática de desporto destinado a população com Transtornos da saúde Mental, no âmbito do Município de Ribas do Rio Pardo - MS.

O Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que, a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica estabelecido que o município de Ribas do Rio Pardo - MS, implementará políticas públicas para promover a prática de desporto como ferramenta terapêutica destinada à população com transtornos de saúde mental.

Art. 2º - Para a consecução das políticas públicas mencionadas no artigo anterior, serão adotadas as seguintes diretrizes:

I - Promoção de programas de atividade física adaptada e acessível às necessidades específicas da população com transtornos de saúde mental, garantindo inclusão e respeito à diversidade;

II - Criação de espaços públicos adequados e seguros para a prática de atividades esportivas pela população da saúde mental;

III - Desenvolvimento de campanhas de conscientização para informar a sociedade sobre os benefícios do desporto para a saúde mental, visando combater o estigma e promover a aceitação;

IV - Estímulo à formação de parcerias com entidades da sociedade civil, instituições de saúde e organizações não-governamentais para a implementação de programas e projetos voltados ao desporto e saúde mental;

V - Capacitação de profissionais envolvidos na execução e acompanhamento dessas políticas, incluindo educadores físicos, psicólogos e demais profissionais da área de saúde.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas por meio de convênios e parcerias com entidades públicas e privadas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Por fim, o autógrafo de lei veio despachado ao Chefe do Executivo Municipal para exercício de sanção do veto.

Pois bem, passa-se a análise.

## II - ANÁLISE JURÍDICA - ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL E CONFORMIDADE COM ORDENAMENTO JURÍDICO.

O *veto* do Chefe do Executivo municipal é instrumento personalíssimo ao prefeito municipal, conforme Art. 54, §1º da LOM buscando reavaliar a Lei aprovada aos critérios de *constitucionalidade* e de atendimento ao *interesse público* para exercer os vetos parciais ou totais e ainda sanciona-la caso não haja obste.

Art. 54 - Aprovado o projeto de lei será este enviado ao prefeito que aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento. (Lei Orgânica Municipal)

Para tanto, a parecer é emitido em caráter subsidiário e assessorio com análise de elementos de controle de prévio de *constitucionalidade* e *legalidade* do referido projeto para munir



Chefe do Executivo Municipal de argumentos e análises quando a consonância do *controle de legalidade e constitucionalidade* final da Lei Municipal.

O Chefe do Poder Executivo pode exercer o controle, de forma preventiva, opondo o veto jurídico ao projeto de Lei considerado inconstitucional. (NOVELINO, Marcelo. Salvador, 2017.)

Denota-se que o Autógrafo de Lei Municipal não observa a competência privativa do executivo e os instrumentos de controle e prestações de contas contida na Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial, para criar gastos e implementar medidas sem a indicação orçamentária competente.

Feita breve digressão, alerta-se que o texto foi desvirtuado para criar *espaços públicos adequados e seguros as práticas esportivas, bem como desenvolver campanhas de conscientização e desporto e programas de atividades físicas adaptadas* sem a indicação orçamentária competente.

O *ônus* criado pelo legislador municipal não é acautelado por estudo de viabilidade orçamentária-financeira o qual implicará em implementação de despesa sem referida dotação orçamentária.

Percebe-se que o legislador municipal extrapola sua competência legislativa ao normatizar ao implementar despesa pública, violando a separação dos Poderes e açabarcando competência exclusiva dos Estados e da União.

A dupla extrapolação da competência legislativa neste ponto que implica na *inconstitucionalidade* do referido inciso I, II e II do art. 2º do autógrafo de Lei Municipal.

O legislador municipal deva observar os limites legislativos de sua competência sob pena de incorrer em violação constitucional pela norma municipal, observamos a ocorrência no p. caso.

É importante destacar que a legislação municipal busca criar ônus aos cofres municipais sem indicar origem dos recursos financeiros, o que atenta, ainda, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo inaplicável ao Administrador sem que haja *improbidade administrativa*, por destinar recurso sem implementar dotação orçamentária competente.

João Vitor Freitas Chaves  
Procurador Geral  
OAB/MS 17.920  
Data: 03/12/2022

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Observa-se o obste impeditivo legal da Lei de Responsabilidade já que a criar *espaços públicos adequados e seguros as práticas esportivas, bem como desenvolver campanhas de conscientização e desporto e programas de atividades físicas adaptadas* não encontra-se previsão orçamentária na Lei Anual, bem como a legislatura não preocupou-se em indicar a dotação no orçamento vigente caracterizando a criação de despesa sem indicação da origem e, pior, sem cautela de *estudo de impacto orçamentário-financeiro*.

Isto, conjugado com o prazo vigência e implantação, sob crivo e fiscalização do legislativo, implica na manifestação de veto, ainda, da totalidade do incisos I, II e III da Art. 2º do autógrafo.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, salvo melhor juízo, manifesta-se pelo **VETO PARCIAL** para reconhecer a inconstitucionalidade e não conformação com o ordenamento jurídico do inciso I, II e III do Art. 2º do autógrafo de Lei Municipal n. 19 de 10 de Abril de 2024.

É o parecer, o qual submetemos a autoridade superior.

Ribas do Rio Pardo, 25 de Abril de 2024.

**JOÃO VÍTOR FREITAS CHAVES**  
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO - PORTARIA Nº 034/2024  
OAB/MS Nº. 17.920